



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638650 - PR (2021/0001480-9)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : RUI BARBOSA  
**ADVOGADO** : RUI BARBOSA - PR053420  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : LUCAS RAMIN BUCHNER  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS RAMIN BUCHNER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (RESE n. 0004122-22.2020.8.16.0103).

O paciente encontra-se na iminência de ser preso pela prática, em tese, dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico (art. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006) e posse ilegal de munição de uso permitido (art. 12 da Lei n. 10.826/2003).

O Juízo de primeiro grau não encontrou motivos para decretar a prisão preventiva do paciente e concedeu liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319, VI, do CPP. Também fundamentou sua decisão na Recomendação CNJ n. 62/2020, tendo em vista a expansão da pandemia de covid-19, bem como a superlotação carcerária atual que passa o sistema.

O Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito em relação à decisão que concedeu a liberdade provisória ao paciente e fixou medidas cautelares alternativas à prisão. Em suas razões recursais, o Ministério Público sustentou a necessidade da decretação da prisão preventiva para garantir a ordem pública.

O TJPR, quando da análise do processo de origem, verificou que havia prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria dos fatos pelo ora paciente. Decidiu que “há necessidade de decretação da prisão preventiva do recorrido para a garantia da ordem pública em razão de indicativos de reiteração delitosa e da gravidade dos fatos revelada pelo *modus operandi*”.

O impetrante sustenta que não estão presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, argumentando que “é notório e evidente que o paciente não apresenta nenhum risco a sociedade, podendo ser substituída a restrição de seus direitos

pelas medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, até que seja efetivamente feita a formação de culpa em relação ao paciente por ora acusado”.

Requer que seja concedida liminarmente a presente ordem de *habeas corpus* para revogar a prisão do paciente (sendo que o Mandado de Prisão ainda não foi cumprido), expedindo-se o competente alvará de soltura, ou salvo-conduto em seu favor, e subsidiariamente a aplicação das medidas cautelares constantes no art. 319 do CPP, em especial o monitoramento eletrônico, até a formação de culpa, sem prejuízo nenhum ao andamento da presente ação penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente